

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012	9
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	12
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	26
---	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	27
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	28
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	30
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	31
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	32
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	496
Preferenciais	1.754
Total	2.250
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	79
Total	79

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	17.744	16.613
1.01	Ativo Circulante	14.813	13.549
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	200	443
1.01.02	Aplicações Financeiras	11.744	10.927
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	11.744	10.927
1.01.03	Contas a Receber	1.722	1.455
1.01.03.01	Clientes	1.722	1.455
1.01.04	Estoques	1.022	664
1.01.06	Tributos a Recuperar	6	5
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	6	5
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	119	55
1.01.08.03	Outros	119	55
1.02	Ativo Não Circulante	2.931	3.064
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.320	2.411
1.02.02	Investimentos	128	123
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	128	123
1.02.03	Imobilizado	483	530

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	17.744	16.613
2.01	Passivo Circulante	1.889	1.814
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	416	260
2.01.01.01	Obrigações Sociais	157	127
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	259	133
2.01.02	Fornecedores	695	516
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	695	516
2.01.03	Obrigações Fiscais	281	187
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	78	9
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	78	9
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	202	177
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1	1
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	68	72
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	68	72
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	68	72
2.01.05	Outras Obrigações	429	779
2.01.05.02	Outros	429	779
2.02	Passivo Não Circulante	3.148	3.353
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	71	121
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	71	121
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	71	121
2.02.02	Outras Obrigações	3.077	3.232
2.03	Patrimônio Líquido	12.707	11.446
2.03.01	Capital Social Realizado	6.893	6.893
2.03.02	Reservas de Capital	5.814	4.553

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	4.026	11.298	3.961	11.680
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-3.091	-8.576	-3.289	-9.034
3.03	Resultado Bruto	935	2.722	672	2.646
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-687	-1.739	-639	-1.978
3.04.01	Despesas com Vendas	-178	-510	-182	-537
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-521	-1.451	-440	-1.377
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	21	318	29	40
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-9	-96	-46	-104
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	248	983	33	668
3.06	Resultado Financeiro	257	679	208	690
3.06.01	Receitas Financeiras	261	692	213	707
3.06.02	Despesas Financeiras	-4	-13	-5	-17
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	505	1.662	241	1.358
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-165	-457	-77	-1.025
3.08.01	Corrente	-165	-457	-77	-424
3.08.02	Diferido	0	0	0	-601
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	340	1.205	164	333
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	340	1.205	164	333
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,68488	2,4273	0,33035	0,67078
3.99.01.02	PNA	1,5009	5,31938	0,72397	1,47
3.99.01.03	PNB	0,63119	2,23702	0,30446	0,6182
3.99.01.04	PNC	0,344	1,21918	0,16593	0,33692
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,68488	2,4273	0,33035	0,67078
3.99.02.02	PNA	1,5009	5,31938	0,72397	1,47

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
3.99.02.03	PNB	0,63119	2,23702	0,30446	0,6182
3.99.02.04	PNC	0,344	1,21918	0,16593	0,33692

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	340	1.205	164	333
4.03	Resultado Abrangente do Período	340	1.205	164	333

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.002	106
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.322	1.041
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-320	-893
6.01.03	Outros	0	-42
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-64	-19
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-364	-1
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	574	86
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	11.370	245
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	11.944	331

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	6.893	-12	4.564	0	0	11.445
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	6.893	-12	4.564	0	0	11.445
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	57	0	0	57
5.04.06	Dividendos	0	0	57	0	0	57
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.205	0	1.205
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.205	0	1.205
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	6.893	-12	4.621	1.205	0	12.707

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	6.893	-12	4.103	0	0	10.984
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	6.893	-12	4.103	0	0	10.984
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	67	0	0	67
5.04.06	Dividendos	0	0	67	0	0	67
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	333	0	333
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	333	0	333
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	6.893	-12	4.170	333	0	11.384

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
7.01	Receitas	15.305	15.263
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	15.225	15.225
7.01.02	Outras Receitas	80	38
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-8.139	-9.091
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-7.087	-7.783
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.052	-1.308
7.03	Valor Adicionado Bruto	7.166	6.172
7.04	Retenções	-105	-107
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-105	-107
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	7.061	6.065
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	678	707
7.06.02	Receitas Financeiras	678	707
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	7.739	6.772
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	7.739	6.772
7.08.01	Pessoal	1.945	1.472
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.730	1.053
7.08.01.02	Benefícios	103	308
7.08.01.03	F.G.T.S.	112	111
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	4.576	4.964
7.08.02.01	Federais	2.204	2.613
7.08.02.02	Estaduais	2.331	2.324
7.08.02.03	Municipais	41	27
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	13	17
7.08.03.01	Juros	13	17
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.205	319
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.205	319

Comentário do Desempenho

PETRÓLEO E LUBRIFICANTES DO NORDESTE S/A – PETROLUSA
CIA ABERTA – REGISTRO NA CVM – NR. 009520
CNPJ – MF NR. 07.275.159/0001-68 – NIRE 23300009312
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras de Petróleo e Lubrificantes do Nordeste S/A – Petrolusa, com o respectivo parecer dos Auditores Independentes, referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2013.

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas seguindo as normas estabelecidas pela Legislação Comercial e Societária e disposições regulamentares da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

No trimestre encerrado em 30 de setembro de 2013, comparado com o mesmo período de 2012, obtivemos um acréscimo nas vendas em torno de 1,64%, apesar do pouco crescimento das vendas obtivemos um aumento no lucro líquido em torno de 79,27%, ocasionado, principalmente, pela desoneração das principais contas componentes do Custo dos Produtos Vendidos.

Fortaleza (Ce), 29 de outubro de 2013.

MARCELO SANFORD DE BARROS FILHO

Diretor de Relações com Investidores

Notas Explicativas

PETRÓLEO E LUBRIFICANTES DO NORDESTE S.A. - PETROLUSA
NOTAS EXPLICATIVAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2013

Notas Explicativas**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****1. Informações gerais**

A Companhia foi constituída em 13 de setembro de 1967, atualmente com sede social na Rua Amâncio Filomeno, nº 199, Mucuripe, cidade de Fortaleza, Ceará, é uma sociedade de capital aberto domiciliada no Brasil. A Companhia tem como objetivo social preponderante a fabricação e a comercialização de solventes, graxas, massa plástica, massa corrida (PVA), fluidos para freios, pulver oil (óleo para pulverização) e laca seladora.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras**a) Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, bem como normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

As demonstrações de resultados abrangentes não estão sendo apresentadas, pois não há valores a serem apresentados sob esse conceito, ou seja, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente total.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 1º de agosto de 2013.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando de outra forma indicado.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são preparadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, provisão para redução do valor recuperável de contas a receber e estoques, provisão para contingências e mensuração de instrumentos financeiros.

Notas Explicativas**3. Resumo das principais políticas contábeis**

A Administração da Companhia não identificou a existência de informações sobre julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações de receitas entre as subsidiárias consolidadas.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir.

Venda de mercadorias

A receita de venda de mercadorias é reconhecida no resultado quando da efetiva entrega da mercadoria ao cliente.

Prestação de serviços

A receita de prestação de serviços é reconhecida no resultado quando da efetiva prestação de serviços, após aprovação do solicitante do mesmo.

Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva, e é reconhecida à medida que há expectativa de realização.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento original de 90 dias ou menos e com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos até a data-base do balanço.

c) Ativos financeiros**Classificação**

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

- **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado**

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

Notas Explicativas**3. Resumo das principais práticas contábeis – continuação**

- Recebíveis

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Companhia compreendem “contas a receber de clientes e demais contas a receber”.

Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros. O teste para verificação de *impairment* das contas a receber de clientes está descrito na nota explicativa nº 5.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

d) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo menos a provisão para redução ao valor de recuperação (*impairment*).

e) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na análise da carteira de clientes, em montante considerado suficiente pela Administração para fazer em face de eventuais perdas na realização dos créditos.

f) Estoques

São mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio de custo médio de produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação com base na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

Notas Explicativas**3. Resumo das principais práticas contábeis – continuação****g) Imobilizado****Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão-de-obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar de forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

O valor residual e a vida útil econômica estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento de cada exercício.

h) Propriedade para investimentos

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel, para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou no fornecimento de produtos ou serviços, ou para propósitos administrativos. A propriedade para investimento é mensurada pelo custo.

Custo inclui despesa que é diretamente atribuível à aquisição de uma propriedade para investimento.

Quando a utilização da propriedade muda de tal forma que ela é reclassificada como imobilizado ou estoque, seu valor justo apurado na data da reclassificação torna-se seu custo para a contabilização subsequente.

i) Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

j) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Notas Explicativas**3. Resumo das principais práticas contábeis – continuação****k) Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros calculados pela taxa efetiva e variações monetárias e cambiais e amortizações conforme previstos contratualmente, incorridos até as datas dos balanços.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

l) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

m) Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

O estatuto da Companhia e a legislação societária prevêm que no mínimo 25% do lucro líquido anual ajustado sejam distribuídos como dividendos. Portanto, a Companhia registra provisão, no encerramento de cada exercício social, no montante do dividendo mínimo obrigatório que ainda não tenha sido distribuído, caso este limite não tenha sido atingido pelas remunerações intermediárias. Os dividendos superiores a esse limite são destacados em conta específica no patrimônio líquido denominada "Dividendo Adicional Proposto". Quando deliberados pela Administração, os juros sobre capital próprio são computados aos dividendos do período.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

n) Passivos financeiros não derivativos

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar. São reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Notas Explicativas**3. Resumo das principais práticas contábeis – continuação**

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

4. Caixa e equivalente de caixa

	30/09/2013	31/12/2012
Caixa	5	6
Bancos conta movimento	195	437
Certificado de depósito bancário – CDB	9.774	9.063
Fundo de investimento em renda fixa	1.969	1.864
Total	11.944	11.370

As aplicações financeiras em cotas de fundos de investimentos de renda fixa apresentam alta liquidez, prontamente conversível, em um montante conhecido de caixa independentemente do vencimento dos ativos, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, possuindo taxa de 100% do CDI.

As aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários – CDB são títulos de renda fixa, cuja remuneração é baseada substancialmente na variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, e apresentaram taxa média de 100% do CDI.

5. Contas a receber

	30/09/2013	31/12/2012
Duplicatas a receber	1.957	1.690
Cheques em cobrança	22	22
Provisão para redução do valor recuperável	(257)	(257)
Total	1.722	1.455
Vincendos	1.678	1.293
Vencidos		
Até 30 dias	32	154
De 31 a 60 dias	4	21
De 61 a 90 dias	12	6
De 91 a 120 dias	11	1
De 121 a 180 dias	4	3
De 181 a 360 dias	-	2
Mais de 360 dias	216	210
	1.957	1.690

A Companhia constitui a provisão para redução do valor recuperável com base na análise individualizada da carteira de clientes, considerando a expectativa de realização dos títulos.

6. Estoques

	30/09/2013	31/12/2012
Matérias primas	546	400
Materiais de embalagem	201	125
Produtos acabados	267	132
Outros	8	7
Total	1.022	664

Notas Explicativas**7. Tributos a recuperar**

	30/09/2013	31/12/2012
Imposto de renda pessoa jurídica a compensar (IRPJ)	6	5
Total	6	5

8. Tributos sobre o lucro**(a) Composição dos saldos de tributos diferidos**

A Companhia constituiu imposto de renda diferido ativo, oriundo de adições temporárias, relativas às contingências tributárias descritas na Nota Explicativa nº 15, sendo sua realização quando da decisão definitiva.

	30/09/2013	31/12/2012
Imposto de renda – 15%	-	362
Adicional de imposto de renda – 10%	-	239
Total	-	602

9. Investimentos**Participação em outras sociedades**

	30/09/2013	31/12/2012
Petrolusa Refinadora de Óleos Ltda.	41	41
Empresas de telefonia	-	-
Provisão para perdas em investimentos	(41)	(41)
Total	-	-

A investida Petrolusa Refinadora de Óleos Ltda. encontra-se inativa e em processo de baixa do seu registro na Receita Federal do Brasil, motivo pelo qual a Companhia constituiu provisão para perda em valor correspondente.

Propriedade para investimentos

O Pronunciamento Técnico CPC 28 (Propriedades para Investimento) define que as propriedades que sejam mantidas pela Companhia com o objetivo de auferir renda de aluguel ou para valorização do capital caracterizam-se como propriedades para investimento. Por este motivo, a Administração da Companhia definiu que alguns de seus imóveis serão destinados à obtenção de renda por meio de aluguel e valorização de capital, sendo vedada a sua venda. A decisão de tornar alguns ativos em bens destinados à obtenção de renda vem da estratégia da Administração em manter fluxos de caixas contínuos e perenes capazes de suportar os gastos fixos da Companhia de forma que os resultados de sua atividade principal sejam refletidos da melhor forma possível.

	30/09/2013	31/12/2012
Terreno – Recife	123	123
Edificações – Recife	79	79
Depreciação Edificações - Recife	(79)	(79)
Total	123	123

Valor justo da propriedade para investimento	580	580
--	-----	-----

A Administração da Companhia optou por manter o registro das propriedades para investimentos pelo método de custo.

Título de capitalização Ourocap

A empresa adquiriu em 21 de agosto de 2013 títulos de capitalização junto ao Banco do Brasil S/A no valor de R\$ 5.000,00 no prazo de 36 meses.

Notas Explicativas

10. Imobilizado

	30/09/2013				31/12/2012		
	Taxa de Deprec.	Custo	Depreciação Acumulada	Total líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Total líquido
Terrenos		19		19	19	-	19
Edificações	4%	1204	914	290	1.204	897	307
Instalações	10%	759	759	-	759	759	-
Máquinas e equipamentos	10%	577	577	-	577	568	9
Móveis e utensílios	10%	280	263	16	276	261	15
Computadores e periféricos	20%	148	141	6	146	141	5
Veículos	25%	1.367	1.216	142	1.306	1.131	175
Total		4.354	3.800	484	4.287	3.757	530

A movimentação do saldo está demonstrada a seguir:

	Custo	Depreciação Acumulada	Total
Saldo 31/12/2012	4.287	(3.757)	530
Adições	59		58
Depreciação	-	(105)	(105)
Saldo 30/09/2013	4.346	(3.862)	484

A Companhia realizou revisão das taxas de depreciação e tempo de vida útil destes bens, sendo mantidas as taxas de depreciação utilizadas anteriormente.

11. Empréstimos e financiamentos

Tipo	Taxa a.m.	Taxa a.a.	Vencimento	30/09/2013	31/12/2012
Finame	0,6464%	8%	Até 17/08/2015	109	151
Finame	0,6434%	8%	Até 15/09/2015	30	42
				139	193
Circulante				68	72
Não circulante				71	121

Os financiamentos contratados não possuem cláusula restritiva, e as garantias são prestadas com os próprios bens financiados.

O cronograma de desembolso é o seguinte:

	30/09/2013	31/12/2012
2013	17	73
2014	73	71
Até 2015	49	49
Total	139	193

Notas Explicativas**12. Obrigações sociais e tributárias**

	30/09/2013	31/12/2012
Provisão para férias e 13º salário	256	130
INSS/FGTS	157	127
ICMS	203	177
IPI	57	52
PIS/COFINS	62	58
Outros tributos	94	35
Total	829	579

13. Parcelamento de tributos

	30/09/2013	31/12/2012
Parcelamento – Lei 10.684/2003	153	217
Provisão PAES	700	700
Total	853	917
Circulante	96	96
Não circulante	757	821

Em junho de 2003, a Companhia aderiu ao Parcelamento Especial (Paes), nos termos da Lei nº 10.684/03. A Companhia não concordou com a consolidação dos débitos tributários realizados pela Receita Federal do Brasil, motivando questionamentos administrativos.

Em novembro de 2009, a Companhia optou pela migração dos débitos incluídos no Paes para o parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/09, a qual estabelece condições de redução de multas e encargos moratórios. A montante de R\$ 700 foi provisionado pela Companhia, por ser considerado adequado para cobrir o montante inserido no parcelamento.

14. Dividendos a pagar

	30/09/2013	31/12/2012
Relativo ao exercício de 2009	-	57
Relativo ao exercício de 2010	62	62
Relativo ao exercício de 2011	83	294
Relativo ao exercício de 2012	35	123
Total	180	536

Em virtude de a Administração da Companhia não ter conhecimento da localização de parte dos acionistas e não haver manifestações por parte destes, os dividendos são mantidos em provisão por três anos e, posteriormente, revertidos ao patrimônio líquido, conforme determinado no estatuto da Companhia.

Notas Explicativas**15. Provisões para risco cíveis, tributários e trabalhistas****Provisão com probabilidade de perda provável**

A Companhia mantém provisão para contingências tributárias passivas, julgada suficiente pelos assessores jurídicos, as quais estão integralmente cobertas por depósitos judiciais, conforme a seguir:

	30/09/2013	31/12/2012
IPI sobre insumos	2.035	2.035
PIS	-	21
COFINS	180	250
Seguro sobre acidente de trabalho – SAT	105	105
Total	<u>2.320</u>	<u>2.411</u>
Depósitos judiciais	<u>(2.320)</u>	<u>(2.411)</u>

A Companhia foi autuada pelo Fisco Federal, no exercício de 1992, em matéria referente ao recolhimento do IPI, do PIS e da COFINS, realizando o depósito judicial por meio de depósito judicial dos montantes envolvidos na autuação. No entanto, a Companhia optou pela desistência do processo em virtude da adesão ao programa de parcelamento instituído pelo Governo, no entanto, optou por não realizar a baixa dos saldos relacionados aos montantes depositados judicialmente, bem como do saldo dos impostos diferidos destacados na Nota Explicativa nº 8.

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras, as contingências foram compensadas das respectivas provisões para contingências registradas no passivo não circulante, e os valores foram depositados judicialmente, nos mesmos montantes, registrados no ativo não circulante.

Processos com probabilidade de perda possível

A Companhia possui causas de natureza tributária relativas à contestação de irregularidades de pedidos de compensação e solicitação de restituição do imposto de renda de exercícios anteriores que montam R\$ 656. Os assessores jurídicos da Companhia indicaram a probabilidade de perda possível para estas causas.

16. Patrimônio líquido**a) Capital social**

O capital autorizado é composto por 12.000.000 de ações nominativas, não endossáveis e sem valor nominal, das quais 2.250.000 ações foram subscritas e integralizadas:

	Autorizado	Integralizadas
Ordinárias	3.000.000	496.437
Preferenciais		
Classe "A"	2.000.000	226.530
Classe "B"	3.000.000	538.663
Classe "C"	4.000.000	988.370
Total	<u>12.000.000</u>	<u>2.250.000</u>

As ações preferenciais não têm direito a voto, mas gozam dos seguintes benefícios:

- Prioridade na distribuição de dividendos e no reembolso de capital, sem prêmios.
- Participação, sem restrições, nos aumentos de capital, decorrentes de incorporação de reservas.

Notas Explicativas**16. Patrimônio líquido – continuação****b) Ações em tesouraria**

A Companhia efetuou a recompra de 79 (setenta e nove) mil ações representativas de seu capital social, com o objetivo de permanência em tesouraria, visando a maximizar a geração de valor para os acionistas na eventualidade de cancelamento das mesmas.

c) Distribuição de dividendos

Aos acionistas está assegurada a destinação mínima de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, conforme legislação em vigor e em observância às disposições estatutárias.

17. Receita operacional líquida

	30/09/2013	30/09/2012
Venda de produtos	14.997	15.286
Revenda de mercadorias	-	-
Deduções e impostos	(3.699)	(3.606)
Receita operacional líquida	<u>11.298</u>	<u>11.680</u>

18. Custo dos produtos vendidos

	30/09/2013	30/09/2012
Materiais	7.268	7.784
Pessoal	773	733
Encargos sociais	290	280
Outros custos	245	227
	<u>8.576</u>	<u>9.034</u>

19. Resultado financeiro líquido

	30/09/2013	30/09/2012
Receitas financeiras		
Rendas de aplicações financeiras	638	659
Juros ativos	26	28
Descontos obtidos	13	7
Outras	14	13
	<u>691</u>	<u>707</u>
Despesas financeiras		
Abatimentos	(3)	(2)
Encargos	(10)	(10)
Outras	-	(6)
	<u>(13)</u>	<u>(18)</u>
	<u>678</u>	<u>689</u>

Notas Explicativas**20. Imposto de renda e contribuição social**

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência.

A Companhia registrou lucro real conforme apresentado abaixo:

	30/09/2013	30/09/2012
Lucro líquido antes do imposto de renda	1.534	1.224
Ajuste do regime tributário de transição – RTT	-	-
Lucro líquido (prejuízo) após ajustes	1.534	1.224
(+) Adições	158	164
(-) Exclusões	(271)	(69)
Lucro real	1.420	1.318
Imposto de renda	328	304
Imposto de renda diferido	-	601
Contribuição social	127	119

21. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando a assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e a aplicações financeiras, efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha com remuneração em títulos de curto prazo. Com relação a contas a receber, a Companhia restringe a sua exposição a riscos de crédito por meio de vendas para uma base ampla de clientes e de análises de crédito contínuas. Em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, não havia concentração de risco de crédito relevante associado a clientes.

A Companhia não operou com derivativos nos períodos findos em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012.

Composição dos saldos

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 14 (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação), em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, os valores de mercado dos principais instrumentos financeiros apresentados não possuem diferenças significativas dos valores contabilizados.

	Saldo contábil em 30/09/2013	Valor justo (não auditado) em 30/09/2013	Saldo contábil em 31/12/2012	Valor justo (não auditado) em 31/12/2012
Aplicações financeiras	11.743	11.743	10.927	10.927
Contas a receber de clientes	1.722	1.722	1.455	1.455
Fornecedores	695	695	516	516
Empréstimos e financiamentos	139	139	193	193

Crítérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado**Aplicações financeiras**

Os saldos em conta-corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis. As aplicações financeiras foram avaliadas com base no valor das cotações de mercado desses títulos.

Notas Explicativas**21. Instrumentos financeiros – continuação***Estoques*

A Companhia efetuou o levantamento do valor de mercado de itens em estoque com base no valor de venda efetiva ou com as expectativas do valor de venda, consoante as regras de preços praticadas no mercado.

Concentração de risco de crédito

As contas a receber estão pulverizadas em diversos clientes, resguardando a Companhia dos riscos relacionados à concentração de créditos.

22. Seguros

A Companhia mantém seguro contra incêndio para os bens do imobilizado e estoques. As coberturas foram determinadas pela administração em função dos riscos envolvidos.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

NÃO SE APLICA À COMPANHIA

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

NÃO SE APLICA À COMPANHIA

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos
Conselheiros e Diretores da
Petróleo e Lubrificantes do Nordeste S.A. – PETROLUSA
Fortaleza - Ceará

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Petróleo e Lubrificantes do Nordeste S.A. – PETROLUSA (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2013, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária, e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e a IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais, incluídas nas informações trimestrais acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais – ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Ênfase

Sem ressaltar nossa conclusão, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 13, que indica que a Companhia mantém registrado no passivo o montante de R\$ 700 mil referente ao parcelamento especial (Paes). Em novembro de 2009, a Companhia optou pela migração do saldo do Paes para o parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/09 (Refis IV), que estabelece condições de redução de multas e encargos moratórios. Consideramos que o saldo de R\$ 700 mil está razoavelmente apresentado, no entanto, temos incerteza quanto a eventuais diferenças apresentadas pela Receita Federal do Brasil, quando da análise e consolidação do parcelamento, por ainda estarem em fase de análise junto ao órgão.

Outros assuntos

Demonstração intermediária do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração intermediária individual do valor adicionado - DVA, referente ao período de três meses findo em 30 de setembro de 2013, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram adequadamente elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações financeiras intermediárias individuais tomadas em conjunto.

Fortaleza, 30 de outubro de 2013

P & L AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-CE 000875/O-7

PAOLO GIUSEPPE ARAÚJO
CONTADOR CRC-CE 010.539/O-0

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

NÃO EXISTE CONSELHO FISCAL

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

PETRÓLEO E LUBRIFICANTES DO NORDESTE S/A – PETROLUSA

CIA ABERTA – REGISTRO NA CVM – NR. 009520
CNPJ – MF NR. 07.275.159/0001-68 – NIRE 23300009312

Fortaleza(Ce), 29 de outubro de 2013

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES S/AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Servimo-nos da presente para, em atenção ao disposto do Art. 25, inciso VI da Instrução CVM nr. 480, de 7 de Dezembro de 2009, declarar que, na qualidade de Diretor-Presidente desta Companhia, revisamos, discutimos e concordamos com as informações contidas nas Demonstrações Financeiras referentes aos trimestres encerrado em 30/09/2013 e de 30/09/2012.

Permanecemos à inteira disposição para esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

MARCELO SANFORD DE BARROS FILHO
Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

PETRÓLEO E LUBRIFICANTES DO NORDESTE S/A – PETROLUSA

CIA ABERTA – REGISTRO NA CVM – NR. 009520
CNPJ – MF NR. 07.275.159/0001-68 – NIRE 23300009312

Fortaleza(Ce), 29 de Outubro de 2013

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES S/PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Servimo-nos da presente para, em atenção ao disposto do Art. 25, inciso V da Instrução CVM nr. 480, de 7 de Dezembro de 2009, declarar que, na qualidade de Diretor-Presidente desta Companhia, nós revisamos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes (KPMG Auditoria) relativo às Demonstrações Financeiras de nossa empresa, referentes aos trimestres encerrados em 30/09/2013 e de 30/09/2012.

Atenciosamente,

MARCELO SANFORD DE BARROS FILHO
Diretor de Relações com Investidores